Acervo ISA

174

Em Goiás, Confederação para defender terras dos Apinayé

Apoio como o dos *Txukahamãe* (com a destacada participação do cacique Raoni) *Krahô*, *Xerente*, *Canela*, à luta dos *Apinayé* para demarcar a suas terras–no extremo norte de Goiás– foi decisivo para o fortalecimento da unidade indígena. Os *Apinaye* não conseguiram a demarcação, como queriam, dos 148.600 hectares. Foram demarcados somente 143 mil. Mesmo assim mostraram firmeza para enfrentar a hostilidade e as ameaças dos políticos e fazendeiros de Tocantinópolis

Quem, por acaso, acreditar que a definição da reserva indígena apinayé em 143 mil hectares (a proposta dos índios era de 148.600) porá fim ao conflito entre os **Apinayé**, fazendeiros e políticos de Tocantinópolis, está muito enganado. Quando o presidente Figueiredo, a 14 de fevereiro, assinou o decreto criando a reserva e autorizando sua demarcação, houve protestos dos dois lados: tanto por parte dos índios, quanto por parte dos hostis fazendeiros e comerciantes dessa cidade do extremo norte goiano.

Mesmo sabendo ser esse decreto distante de sua real aspiração e necessidade, os **Apinayé** o consideraram pelo menos tolerável. Só que essa posição não alcança a unanimidade da aldeia São José. Mas, infelizmente, não foi possível checar e sentir, como gostaríamos, a reação da comunidade **Apinayé** frente à delimitação da área imposta pelo decreto. A barreira de 120 soldados da Polícia Militar - fortemente armados e localizada no trevo da Transamazônica, entre Tocantinópolis e Araguatins - impede o acesso de qualquer pessoa à aldeia, até mesmo de jornalistas.

A insatisfação dos índios em relação aos 143 mil hectares não é gratuita: essa demarcação significa a perda de uma área, ao sul da reserva, onde foram cultivadas diversas roças de arroz que sustentam a aldeia São José. Também essa mesma área, a ser demarcada pela 4ª Divisão de Levantamento de Serviço Geográfico do Exército, com sede em Manaus, poupa a área invadida pelo fazendeiro João de Deus, que, em novembro passado, ateou fogo à aldeia Cocalinho; com isso, fica fora da demarcação o antigo cemitério dos **Apinayé**. Essa aldeia é antiga e estava desativada. Nos últimos anos, os **Apinayé** resolveram voltar para lá e reconstruí-la. Com a destruição de Cocalinho por João de Deus, os índios foram obrigados pelo fazendeiro a sair de lá. Sem dúvida, a destruição de Cocalinho foi um dos motivos mais fortes na decisão dos **Apinayé** de voltar a brigar pelos 148.600 hectares. Há mais de 60 anos eles esperam a demarcação de suas terras.

CALMA APARENTE

Tocantinópolis, às margens do rio Tocantins, apresenta hoje um clima de aparente calma. Vereadores, prefeito, fazendeiros e comerciantes do lugar mudaram de tática: agora utilizam o expediente das ameaças. Evandro Guimarães, PDS, delegado fiscal e presidente da Câmara dos Vereadores, em discursos inflamados e reuniões com seus colegas, declarou que "a solução do conflito, com a assinatura do decreto, terá o efeito de acalmar os ânimos apenas temporariamente". Ele pretende "organizar uma espécie de "milícia branca" para eliminar gradativamente os índios".

Isso é sério. As ameaças podem concretizar-se depois que o Exército acabar o trabalho de demarcação e a PM retirar seu efetivo da região. A gravidade da situação exige que a Procuradoria Geral da República, ou a Presidência da Funai, tome urgentes providências. Isso poderia impedir, pelo menos judicialmente, a concretização dessas ameaças. Evandro Guimarães resume o pensamento dos inimigos dos índios, com o argumento de que a demarcação da área indígena torna o município inviável economicamente. O argumento não tem respaldo jurídico, como querem dar a entender os políticos e fazendeiros. Se assim fosse, Tocantinópolis, então já nasceu inviável, porque surgiu com a usurpação ilegal da área indígena.

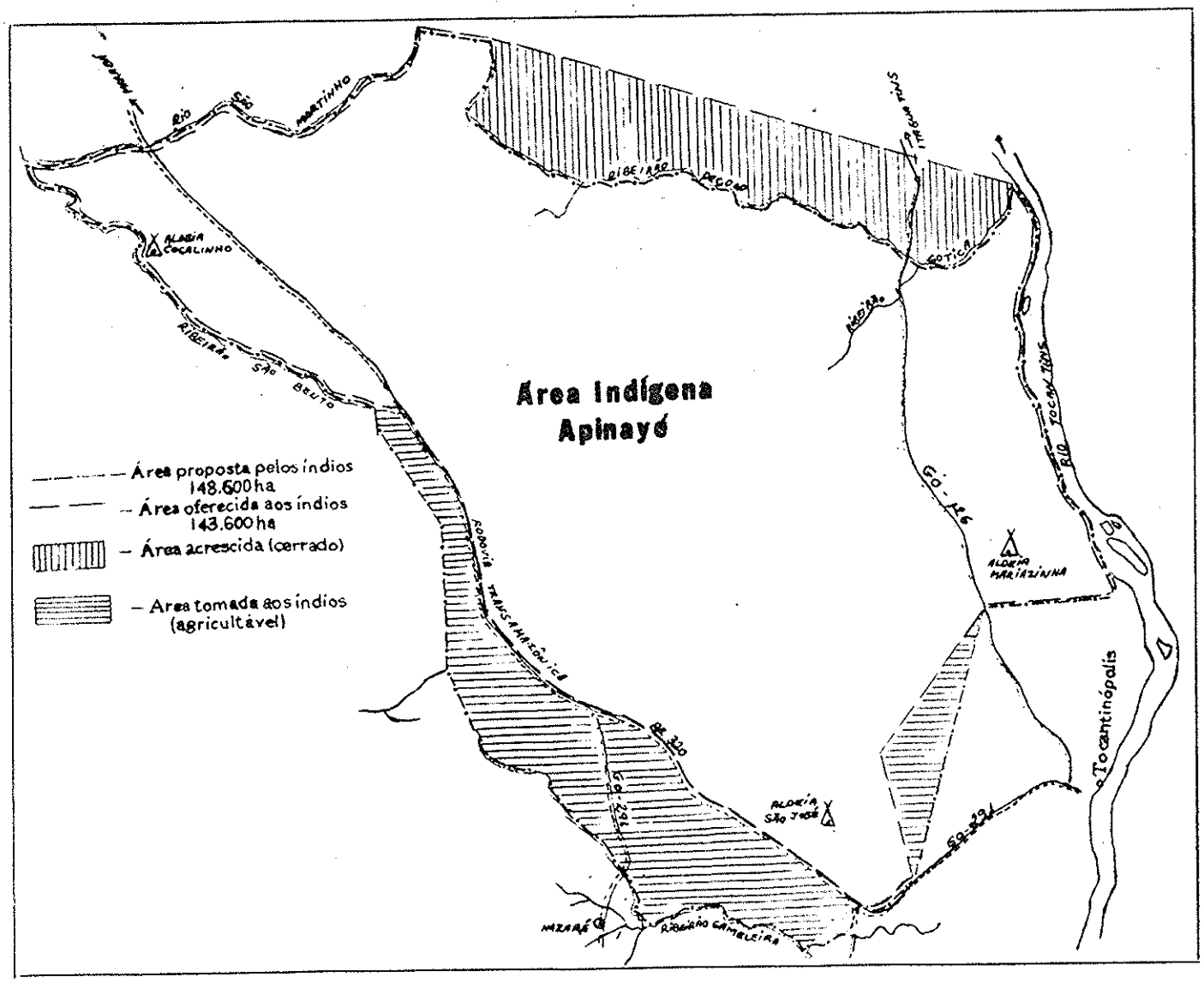
Dados históricos: os **Apinayé** foram vistos pela primeira vez na região a partir de 1774. Uma frente de penetração vinda de Caxias, no Maranhão, em 1816, foi responsável pela fundação do primeiro povoado da região: Santo Antônio. Mais tarde, em 1831, foi incorporado a São Pedro de Alcântara, e passou a se chamar Carolina, localizada no sul do Maranhão. Já nessa mesma época o segundo povoado mais importante foi Boa Vista do Tocantins, hoje Tocantinópolis, fundada em 1818.

O conflito reacendeu o velho preconceito da população da cidade contra os **Apinayé**. Vimos que cresceu a aversão, a hostilidade, o desprezo pelo índio, de uma forma acentuada. Soma-se a isso a manipulação feita pelos "donos da região", que conseguiram induzir os moradores locais a crer que a Funai, a imprensa e até a PM ficaram do lado do índio - e, portanto, contra a população da região. Em vista disso, os jornalistas tiveram seus trabalhos prejudicados. Espalharam ainda boatos de que os **Apinayé** são preguiçosos, cachaceiros, ladrões e nada produzem, com exceção feita para os da aldeia Mariazinha que transitam na cidade sem ser molestados. A cada investida dos índios em abrir picadas em suas terras - cansados da indefinição de Brasília - a mobilização dos fazendeiros, vereadores e do prefeito de Tocantinópolis, José Sabóia (PMDB), exaltava os ânimos da população. Há quem acredite - e até tenha pesadelos com isso, ao ponto de atravessar o rio Tocantins rumo a Porto Franco, no Maranhão - que uma invasão indígena à cidade é iminente.

UNIDADE

Ninguém pode deixar de reconhecer que a crise entre os **Apinayé** e fazendeiros deve ter levado a aldeia São José a uma maior unidade. Difícil é acreditar que essa unidade persista por muito tempo. Sabem por quê? Um dos motivos é a falta de lideranças experientes entre os **Apinayé**. Outra coisa é a dependência dos índios em relação a Tocantinópolis. Lá comercializam seus produtos, vão ao hospital e compram alimentos de primeira necessidade. Muitos deles são aposentados pelo Funrural. A demarcação não poderia ter saído dentro de

(Continua à pág. 6)



Acervo ISA

(Continuação da pág. 5)

um clima de discordâncias entre as aldeias São José e Mariazinha, como aconteceu.

Simplesmente a aldeia Mariazinha não participou do processo de luta pela demarcação das terras indígenas. Os fazendeiros não contestaram, em nenhum momento, os limites de Mariazinha. As áreas perpendiculares ao rio Tocantins, onde se localiza Mariazinha, ficaram fixadas desde 1978. Os **Apinayé** de São José, sem esse apoio tiveram de ser embalados pela mística da demarcação e pelo apoio de lideranças de outros povos: **Xavante, Txukahamãe, Krahô, Kreen-Akarore, Guarani, Xerente, Canela.** Essa solidariedade aos **Apinayé** foi o símbolo da união dos povos indígenas a nível nacional. Raoni, líder **Txukahamãe,** veio do Xingu, e destacou-se em toda à luta. Foi também visto, pelos outros índios que estavam em São José, como "o cacique dos caciques", na luta indígena.

A aldeia São José nunca reivindicou como limite de sua área a rodovia Transamazônica, como disseram à imprensa o Conselho de Segurança Nacional, o Getat, o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e o Governador de Goiás, Iris Rezende. Se a Transamazônica fosse limite, a área indígena ficaria pequena e pobre. Pobre de mato e de caça. A reivindicação dos índios exigia que os limites de sua área fossem os ribeirões, do outro lado da rodovia, pois são terras mais estáveis. As terras ao sul - que não foram demarcadas - ficam a oeste da Transamazônica, onde também se localiza a antiga aldeia de Cocalinho. É uma área de chapada, de muito mato, com abundância de caça. As do norte, ao contrário, são áreas de cerrado, onde os **Apinayé** não costumam circular. Nelas há babaçu, mas área de babaçu não é abundante em caça.

UNIÃO ANTIINDÍGENA

Na região do extremo norte de Goiás, PMDB e PDS estão de mãos dadas contra os índios **Apinayé,** posseiros e pequenos proprietários. Políticos como o secretário da Segurança Pública de Goiás, deputado federal José Freire, do PMDB; o prefeito de Tocantinópolis, José Sabóia, do PMDB; o vereador José Bonifácio Gomes, PDS, ex-agente da Polícia Federal que, em janeiro passado, deu um tiro à queima-roupa num soldado da PM; Evandro Guimarães, PDS, presidente da Câmara dos Vereadores; e o vereador Agostinho Rodrigues, PMDB, se destacaram na mobilização antiindígena em Tocantinópolis, contando para isso com o apoio tácito do governador de Goiás.

No início, Íris Rezende ficou em cima do muro. Um pouco antes da conversa que teve com o general Figueiredo, dia 13 de fevereiro - antes mesmo, portanto, da assinatura do decreto, Íris Rezende resolveu se definir e defendeu a proposta dos fazendeiros, em 87 mil hectares. Não conseguiu. Chegou tarde demais. Vitoriosa foi a proposta defendida pelo Conselho de Segurança Nacional (143 mil). Íris havia dito a Figueiredo que "parte da área pleiteada pelos índios estava destinada, pelo Governo estadual, para a implantação de projetos econômicos de "interesse" para a região". Uma pergunta ao governador Íris Rezende: será que encontraremos soluções para o problema fundiário no Estado de Goiás simplesmente incentivando a invasão à área indígena?

Conversamos com alguns posseiros que ocupam a área apinayé. Eles se mostraram preocupados com a indefinição de para onde poderiam ser reassentados. Alguns, por conta própria, já abandonaram até mesmo a região. Têm consciência de que toda aquela área é dos índios **Apinayé.** Em Araguaína, na quinta-feira, 21 de fevereiro, a Delegacia Regional do Getat se negou a dar informações de como, a partir de agora, ficará a situação desses posseiros. Infelizmente não foi possível saber mais knada. São 642 famílias de posseiros.

O Cimi Nacional, em nota à imprensa, criticou a posição assumida, nos últimos tempos, por governadores do PMDB. A nota critica "a ação do governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins (PMDB), através de seu chefe da Casa Civil, que confundiu a opinião pública e dificultou a apuração do assassinato do líder **Guarani** Marçal de Souza, ocorrido em novembro de 1983. Hoje, o envolvimento dos governadores do PMDB de Goiás e Amazonas, Íris Rezende e Gilberto Mestrinho, respectivamente, nos casos **Apinayé** e **Yanomami,** também está sendo desastroso. A ação antiindígena desses três governadores trazem uma preocupação ao Cimi. Conseguirão eles impor esse tipo de atuação no governo federal, após 15 de março?". E acrescentou a nota:

"O Cimi espera que o presidente Tancredo Neves garanta, na "Nova República", uma mudança nessa política indigenista. E somente assim que a Nação poderá atender ao pedido de confiança lançado pelo ex-governador de Minas". **(Antônio José, enviado especial a Tocantinópolis).**

Válber Konxá

Rosirene Nascimento

Na aldeia São José, consolidada a união de vários povos na defesa da terra dos Apinayé